

1

Crítica da teoria neoclássica e método na obra de Luiz Carlos Bresser-Pereira

Ramón Garcia Fernandez
Marco Antonio Ribas Cavaliere
Victor Nunes Leal Cruz e Silva

Ao longo de sua carreira como economista, estudioso da ciência política, professor, administrador de empresas, *policymaker* e intelectual público, o professor Luiz Carlos Bresser-Pereira fez inúmeras contribuições para o pensamento brasileiro. Isso é fato notório, e não haveria razão para escrever este livro sem isso. Porém, a contribuição que trataremos aqui, a contribuição do professor Bresser à área da metodologia das ciências econômicas, tende a permanecer menos visível, pois ela se deu em um âmbito muito mais abstrato do que aquele das políticas públicas que efetivamente foram a termo quando o professor ocupou cargos elevados, como o de ministro. Ela também não foi objeto de debates tão acalorados quanto suas proposições sobre políticas econômicas, as quais foram veiculadas tanto em revistas acadêmicas, em sua forma mais sofisticada, como em jornais diários, em sua forma voltada ao grande público. Finalmente, a contribuição que sintetizamos no texto que segue não é sua contribuição teórica, deveríamos dizer, então, que ela está no nível metateórico.

Os economistas que trabalham com metodologia, área de estudos para a qual Bresser-Pereira também contribui, costumam chamar os economistas teóricos e aplicados de “economistas-praticantes”, tal é seu afastamento abstracionista em relação ao objeto cotidiano das questões econômicas. Entretanto, é importante que se anote o seguinte: não é absolutamente por isso que essa área é pouco importante para a ciência econômica. Aliás, ela é fundamental para a relevância da reflexão sobre

seu objeto, como veremos no que segue. Inclusive, o professor Bresser, que inicialmente não tinha se concentrado neste tipo de discussão, começou a trabalhar na área ao perceber que certos impasses na teoria econômica e na organização da profissão exigiam uma profunda reflexão nesta área.

O sentido do capítulo que escrevemos é de recuperar as contribuições do professor Bresser-Pereira para a subdisciplina de metodologia da economia e, ao mesmo tempo, contextualizá-las em sua carreira, em suas ideias e no pensamento econômico brasileiro. Acreditamos que este capítulo possa fornecer também um bom contexto para os outros artigos que se encontram neste livro, pois entendemos que há uma marcante consistência entre a visão metodológica do professor Bresser-Pereira e suas proposições teóricas, bem como as de políticas econômicas. Dada a consistência teórica de sua obra, será interessante mencionar, em algumas ocasiões, como essa perspectiva metodológica foi aplicada em diferentes momentos de sua produção intelectual.

Concluindo, afirmamos que o leitor poderá discordar do que diz Bresser-Pereira – o que é natural no campo das ciências sociais –, mas terá bastante dificuldade para reclamar falta de coerência em sua construção metodológico-teórico-normativa.

As preocupações fundamentais

A análise das perspectivas metodológicas do professor Bresser certamente deve começar por mostrar as preocupações que nortearam sua vida intelectual. A mais importante delas é a obsessão com o desenvolvimento em geral e, especialmente, com o do Brasil. O próprio autor narrou, em muitas conversas, que uma decisão fundamental em sua vida foi a de abandonar o curso de Direito para estudar Economia com o objetivo de se transformar num “economista do desenvolvimento” (NASSIF, 2011).

Essa decisão, tomada nos anos 50, estava certamente influenciada pelos debates da época, em pleno segundo governo de Getúlio Vargas. A grande questão era como conseguir superar o atraso brasileiro, e Bresser ficou profundamente impactado pela obra dos intelectuais nacionalistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Este instituto, integrado entre outros por Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Ignácio Rangel e Hélio Jaguaribe, travou intensas lutas intelectuais com a corrente politicamente conservadora e economicamente liberal que promovia a volta à estrutura econômica agroexportadora da República

Velha. Mas os pensadores do ISEB também se enfrentaram, pouco mais tarde, com outro grupo de intelectuais, os da Escola de Sociologia de São Paulo, que coincidiam com eles em defenderem a modernização da economia e da sociedade brasileiras, mas que achavam que isso só seria possível realizando alianças com os poderes econômicos internacionais, o que, nesse momento, significava essencialmente os Estados Unidos e as empresas desse país, perspectiva na qual se destacaria a obra de Fernando Henrique Cardoso. Além da influência desses intelectuais, o otimismo dos pioneiros da área do Desenvolvimento Econômico, com os quais Bresser tomaria contato pouco depois, marcou permanentemente a visão de nosso autor. Em particular, as obras de Raúl Prebisch, de Celso Furtado e dos economistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), como um todo, mostraram-se essenciais em sua formação.¹

Essa preocupação com o desenvolvimento, na vida e na obra de Bresser, decorre de sua preocupação com a justiça social. Ele sempre defendeu uma visão que poderíamos definir como social-democrata, cuja meta seria uma maior justiça social combinada com liberdades políticas.

Nesse sentido, Bresser, durante muitos anos, não desenvolveu uma preocupação particular por questões metodológicas, pois seus esforços concentravam-se em questões mais aplicadas, especialmente nas áreas de macroeconomia e desenvolvimento econômico. Foi em sua volta para a Fundação Getúlio Vargas (FGV), no final dos anos 80, após sua experiência no governo, tanto federal quanto estadual, que ele passou a lecionar cursos na área de metodologia e a partir daí a escrever alguns trabalhos nesse campo. Essa preocupação foi reforçada em sua segunda volta à FGV, no início dos anos 2000, após a segunda passagem pelo governo federal, esta vez como ministro do presidente Cardoso.

Ambas as experiências no governo, além dos debates teóricos nos quais Bresser se engajou ao longo desses anos, ocasionaram-lhe uma insatisfação com o que era considerado como boa economia. Isso levou-o a refletir sobre quais seriam os parâmetros que permitiriam determinar o que é boa ciência econômica. Hoje ele entende, inclusive, que a mudança na economia deve começar pela mudança do método de pesquisa.

1 Em Bresser-Pereira (2005) nosso autor expõe sua visão desses debates.

O conhecimento e seus limites

Um ponto essencial que toda reflexão sobre metodologia deve enfrentar é a questão de qual é nossa possibilidade de conhecermos o mundo. Ou seja, a de se a verdade é acessível a nós. Essa preocupação tem sido uma constante na obra do professor Bresser. Para ele, essa questão é fundamental, pois ele vê a economia como uma ciência que pode nos permitir intervir na realidade para melhorar a sociedade a partir desse conhecimento, mas, para isso, é necessário que seja possível compreender o mundo real para que, baseados nesse conhecimento fidedigno, possamos agir em consequência.

Na visão de Bresser, o cientista (e mais ainda o cientista social) precisa conhecer a verdade sobre o mundo, o que, segundo ele, em princípio, é algo possível e sem o qual seria inimaginável pensar no avanço do conhecimento. Mas isto está sempre restrito por dois limites: um deles é um relativismo que nivelaria por baixo todo conhecimento, mas por outro lado também ameaçaria um simplismo que, aceitando o fato de que podemos conhecer sem dúvidas algumas coisas, estende injustificadamente esse otimismo a questões complexas. Dito de outro modo, nem o relativismo nem o positivismo ingênuo permitem intervir no mundo. Em suas palavras:

De um lado temos aqueles que irresponsavelmente negam que a verdade possa ser alcançada, mesmo as verdades mais simples, e de outro, aqueles que corretamente afirmam a existência de verdades simples, mas renovam o positivismo em termos analíticos ao se satisfazerem com elas, ao invés de buscar a interpretação das realidades mais complexas. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 3).

A preocupação do professor Bresser com o relativismo é uma constante, no sentido de que ele espera poder dizer como são as coisas no mundo. Mas, por outro lado, ele sabe que isso abre as portas para outro problema dos cientistas em geral, e os economistas em particular: a arrogância. Como remédio a esse mal, ele sugere que a economia deve ser uma ciência modesta, na qual seus participantes procuram a verdade, mas sabendo que nunca terão certeza de quando a acharam (BRESSER-PEREIRA, 2012). Bresser se preocupa com que os cientistas em geral e os economistas em particular façam afirmações razoáveis, sem imaginar que tem algum tipo de acesso privilegiado à verdade última das coisas. Para Bresser, deveríamos, na construção do pensamento econômico, adotar uma atitude modesta, porque:

nunca sabemos se o que estamos dizendo é verdadeiro. Nós esperamos que seja verdadeiro, acreditamos que provavelmente é verdadeiro – pois os estudos empíricos apontam nessa direção –, mas há incerteza; sabemos que nossa capacidade de previsão do futuro é limitada, que o comportamento dos mercados não é ergódico, que em sociedades coordenadas pelo mercado [*market-coordinated societies*] não prevalece a racionalidade intrínseca mas um processo extremamente complexo através do qual homens e mulheres expressam seus interesses e seus valores, seus medos e suas esperanças, seus instintos de sobrevivência e sua solidariedade. Em outras palavras, sabemos que a realidade social e econômica é contraditória e requer um raciocínio dialético (BRESSER-PEREIRA, 2012, p.12).²

As ciências e seus métodos

O ponto de partida na reflexão metodológica de Bresser está em lembrar a existência de diferentes métodos nas diversas ciências. Em particular, ele entende que há uma diferença fundamental entre as ciências formais, que estudam relações entre conceitos, e as ciências empíricas, que estudam como são as coisas no mundo, as que são divididas geralmente entre ciências naturais e ciências sociais. Essa caracterização é bastante aceita na filosofia da ciência, tendo sido proposta⁴, entre outros, por Hempel (1970 [1966], p. 1).³ Bresser, aceitando essa caracterização, atribui uns nomes algo diferentes a esses dois tipos de ciências, chamando-as, respectivamente, de metodológicas e substantivas. Estes tipos de ciências têm critérios de verdade diferentes: enquanto que nas ciências metodológicas (grupo em que ele nomeia explicitamente a matemática, a estatística, a econometria e a teoria dos jogos) o essencial é a coerência, para as ciências substantivas o essencial é a correspondência com a realidade ou, como ele diz, a adequação do pensamento ao fato. Sendo ambos tipos de ciência válidos em seus respectivos âmbitos, a crítica de Bresser se dirige à economia contemporânea. Para ele, o grande problema do atual estado desta ciência consiste em que ela está sendo praticada como se fosse uma ciência metodológica, algo completamente inadequado pelo caráter do seu objeto, que é o estudo de um aspecto do mundo (os sistemas econômicos). Em suas palavras,

2 Tradução nossa.

3 Hempel (1970 [1966], p. 1), um integrante do Círculo de Viena, define tais subdivisões como ciências não empíricas e ciências empíricas, respectivamente. Embora os epítetos sejam distintos, os conceitos utilizados por Bresser-Pereira (2004, 2008, 2009a) seguem à risca a caracterização hempeliana.

A economia é uma ciência substantiva que tem por objeto os sistemas econômicos, suas propriedades de estabilização, crescimento e distribuição. O objetivo é entender e explicar esses sistemas e prever seus desenvolvimentos, de tal forma que os agentes econômicos possam ou se ajustar a eles, ou influenciá-los por meio da política econômica (BRESSER-PEREIRA, 2009a, p. 171).

Esse processo começa pelo uso de um método inadequado para uma ciência social. Para Bresser, há nas ciências dois grandes métodos que ele denomina como hipotético-dedutivo e histórico-dedutivo. Enquanto o primeiro seria adequado para as ciências metodológicas, o segundo seria adequado para as ciências substantivas, especialmente as sociais.

Com efeito, para as ciências naturais, em especial para a física, que tratam de sistemas complexos e mutáveis, mas com pouca liberdade e capacidade de aprendizado, é razoável supor certa parcela de determinismo, desde que não se negligencie sua realidade objetiva; diante disso, elas se colocam logo à frente das ciências metodológicas quanto ao grau de dificuldade no alcance da verdade. Já as ciências sociais, como a economia e a sociologia, têm como objetos de estudo seres humanos e seus grupos, com objetivos pessoais e holísticos que, além de complexos e mutáveis, se caracterizam pela liberdade e pelo aprendizado; por esse motivo, as ciências sociais apresentam um grau razoavelmente grande de indeterminação (BRESSER-PEREIRA, 2008). Por conseguinte, Bresser-Pereira (2004, p. 23; 2009a, p. 166; 2009b, p. 11; 2012, p. 12) defende que, para que se alcance alguma compreensão acerca do funcionamento dos sistemas sociais, é necessário que se empregue o método histórico-dedutivo.

Os nomes dos dois métodos deixam claro que, para nosso autor, a dedução é uma parte essencial de todo trabalho científico, então, a diferença está no tipo de premissas a partir das quais essas deduções são feitas.

Quando falamos de uma ciência metodológica ou de uma ciência natural, podemos aceitar que é possível tomar como dadas certas premissas, seja porque elas são verdadeiras por hipótese, como os axiomas a partir dos quais um matemático constrói um sistema, seja porque podemos aceitar que não mudam, como as leis da física. Quando falamos em ciências sociais, porém, a sociedade vai mudando permanentemente, portanto as hipóteses que eram pontos de partida adequados para explicar certo fenômeno podem perder seu caráter verdadeiro ou hipóteses novas podem se tornar necessárias. Por outra parte, tipicamente os sistemas que analisam as ciências naturais são sistemas fechados, enquanto

os sociais são tipicamente abertos, na medida em que seus limites não são cognoscíveis;⁴ encontra-se aí boa parte da explicação de por que a matemática tem esse sucesso tão surpreendente na física, e por que em comparação sua aplicação nas ciências sociais tem sido tão limitada, para não dizer pífia. Reside aí a diferença essencial entre os dois métodos aplicados nas ciências.

E como se chega a essas novas hipóteses? Obviamente, as generalizações representam um passo importante nesse sentido, a partir da constatação da presença de certas regularidades no mundo. Todavia, a ciência não funciona essencialmente a partir da observação repetitiva de determinados fenômenos. Muitas coisas ocorrem um número limitado de ocasiões, também há eventos únicos. Nesses casos desempenha um papel fundamental a criatividade humana, que se manifesta na ciência através do método das hipóteses ou, em termos mais técnicos, através da abdução. A abdução é a forma de inferência que permite dar o salto lógico de propor alternativas interessantes, mas não garantidas a partir da observação, as que depois deverão ser verificadas; podem ser entendidas como um tipo de inferência não demonstrativa, ao contrário da dedução e da indução cujos resultados são garantidos. Nas palavras de Godói (2004, p.120), a abdução

não seria de forma alguma o oposto da dedução, mas um tipo de operação mental totalmente diferente. Abdução seria a operação não lógica de saltar do caos que é o mundo real para um palpite ou conjectura tentativa sobre a relação verdadeira que existe entre um conjunto de variáveis relevantes.

A abdução ganhou destaque a partir da obra do filósofo estadunidense Charles Sanders Peirce, e para Furquim e Gala (2004) há uma notável semelhança entre as propostas deste filósofo com as de nosso economista.

Onde se torna relevante a diferença entre os dois métodos fundamentais destacados por Bresser-Pereira? Na visão do autor, e dando um exemplo nosso, os avanços numa ciência metodológica são deduções feitas a partir de um conjunto de hipóteses que o cientista escolhe porque acha interessantes, frutíferos etc. Tomemos como exemplo a teoria dos jogos. Se partirmos da existência de agentes racionais, maximizadores e egoístas, por exemplo, chegamos sem dúvidas à conclusão de que os agentes que interagem num dilema dos prisioneiros repetido nunca chegarão a um resultado cooperativo num número de rodadas finito e conhecido

4 Bresser considera crucial a diferença entre esses dois tipos de sistemas, mas não a desenvolve, baseando-se especialmente nos trabalhos das economistas pós-keynesianas Sheila Dow (1996) e Victoria Chick (2004).

previamente. Todavia, se fazemos um estudo da realidade econômica usando as ferramentas da teoria dos jogos, mas partindo do princípio de que estamos desenvolvendo uma ciência substantiva, teríamos que nos perguntar se essa hipótese que escolhemos é válida. A observação de diversos grupos humanos pode mostrar que, em algumas sociedades, os indivíduos colaboram espontaneamente; em outras, que isso nem sempre ocorre, mas que pode ocorrer um processo de aprendizado que permite chegar a resultados cooperativos. Pode acontecer também que numa sociedade de indivíduos egoístas ocorra algo que os transforma (majoritariamente ou totalmente) em cooperadores, mas também pode se verificar o caso oposto. Portanto, a hipótese a partir da qual elaboramos nossas deduções pode se alterar. O critério de verdade não seria a validade do desenvolvimento formal, senão a verificação de que as conclusões do modelo servem para explicar os resultados observados no mundo real.

A teoria neoclássica – aquela que predomina no pensamento econômico internacional –, todavia, sempre que pôde, incorporou à ciência econômica elementos genuinamente concernentes às ciências metodológicas. Por toda a reverência que a sociedade dirige à matemática, essa classe de cientistas substantivos sucumbiu ao charme dos modelos fechados e logicamente consistentes (BRESSER-PEREIRA, 2009a). Em consequência disso, a falácia de que a economia seria uma ciência exata – ou a tentativa de vesti-la o máximo possível como tal – acabou, dessa forma, tornando-se a visão canônica. O positivismo de Comte (2002 [1844], p. 44, grifo nosso), então, que afirma que a investigação científica e o consequente desvendamento da verdade deveriam seguir “o *dogma geral* da invariabilidade das leis naturais”, triunfou sobre o realismo epistemológico na ciência econômica (BRESSER-PEREIRA, 2009a).

Cabe aqui um esclarecimento: certamente Bresser não está interessado em discutir o status das ciências naturais; sua reflexão claramente se centra em duas formas de fazer ciências sociais, uma modelada nas matemáticas e outra voltada ao estudo da realidade. Por isso, apesar da classificação em dois métodos, ele afirma de passagem que no caso das ciências naturais, o método deveria ser chamado de empírico-dedutivo (e não histórico). A proposta é mais do que razoável: embora as ciências sociais e as naturais compartilhem a necessidade da observação e análise da realidade, esta muda muito mais lentamente (ou não muda) no caso das últimas do que nas primeiras; por isso, a validade das premissas a partir das quais as ciências são construídas é muito diferente em ambos os casos.

Resumindo, Bresser defende que o método histórico-dedutivo deve se sobrepôr ao método hipotético-dedutivo na análise econômica.⁵ Não há racionalidade perfeita dos agentes e o ambiente econômico não é ergódico. As observações empíricas associadas a hipóteses flexíveis e abrangentes fornecem o tom das generalizações que podemos inferir. Nesse ponto, a econometria pode se tornar importante no estabelecimento da economia como ciência: após a construção de uma teoria, sua validação empírica permite que lhe seja agregado maior valor científico. Posto isso, Bresser crê, seguindo uma tradição fundamentalmente pós-keynesiana, que “é melhor estar vagamente certo do que exatamente errado” (READ, 1898, p. 272).⁶

A escola neoclássica crê em formulações determinísticas e prefere estar *exatamente errada* (embora seus adeptos, obviamente, não vejam dessa forma). Seu método hipotético-dedutivo não permite que essa espécie de “humildade” vigore; dados empíricos que não validem seus dogmas são tidos, de forma um tanto quanto apriorística, simplesmente como decorrentes de desvios e falhas de mercado que, uma vez eliminados, comprovam a verdade inerente à teoria (BRESSER-PEREIRA, 2012).

O fato histórico novo

Um ponto fundamental na perspectiva metodológica de Bresser é o papel desempenhado pelo fato histórico novo. Conforme apontamos acima, as ciências sociais não poderiam usar o método hipotético-dedutivo, porque as transformações sociais fariam com que as premissas que em algum momento eram válidas deixem de sê-lo. Novas premissas entrariam no conhecimento científico, a partir das quais se obteriam outras conclusões.

Essas mudanças estão dadas pelo que o Bresser chama de “fato histórico novo”. Em algum momento, os cientistas sociais percebem que suas premissas anteriores devem ser modificadas, porque a sociedade já não é mais como era antes. Bresser exemplifica esses fatos com a percepção da Revolução Industrial por Smith, do caráter revolucionário do capitalismo por parte de Marx, ou pela percepção de Keynes de que as mudanças trazidas pela Primeira Guerra e os eventos que se sucederam tinham modificado tanto o mundo que as generalizações anteriormente válidas tinham sido ultrapassadas.

5 Para Bresser-Pereira e Lima (1996), o método hipotético-dedutivo deve restringir-se à análise da microeconomia neoclássica, tendo o método histórico-dedutivo primazia nas demais esferas do pensamento econômico.

6 Tradução nossa. Essa célebre conclusão é erroneamente atribuída a Keynes; o primeiro a cunhá-la foi, na verdade, o filósofo inglês Carveth Read, no livro *Logic: deductive and inductive*, de 1898.

Contudo, os fatos históricos novos não precisam ser unicamente as grandes transformações da sociedade. Dando um exemplo mais limitado, certas características institucionais brasileiras, introduzidas nos anos da ditadura, fizeram com que a inflação ganhasse uma componente inercial cujo peso foi se tornando cada vez maior, até que foi necessário o surgimento de uma teoria (a teoria da inflação inercial, desenvolvida por Bresser-Pereira e Nakano) que reconhecesse essa mudança. A partir daí, pôde ser desenvolvida uma nova compreensão do processo, que permitiu desenvolver análises adequadas a essa nova realidade que levaram ao surgimento de políticas apropriadas para seu combate, como se viu no Plano Real.

As áreas fundamentais da economia

Na visão de Bresser-Pereira, o objeto de estudo da economia são os sistemas econômicos. Ele esclarece, porém, que não considera que todos os sistemas constituídos pela humanidade ao longo de sua evolução devam ser objeto de nossa ciência. Em suas palavras, “A economia não pretende estudar todos os tipos de sistemas econômicos, mas apenas os sistemas modernos – os sistemas capitalistas – que se baseiam em duas instituições econômicas principais: mercados e dinheiro” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 172). Esse recorte diferencia a abordagem bresseriana de uma longa tradição de economistas que ele mesmo declara admirar, como Marx, Weber ou Polanyi, entre outros, mas ao mesmo tempo lhe permite evitar discussões que certamente não são do seu interesse, centrando-se na análise do que realmente o preocupa: a construção de uma teoria econômica que explique o funcionamento do sistema capitalista e, em particular, contribua para o desenvolvimento dos países periféricos e especialmente do Brasil.

Dada sua visão do que deveria ser a economia, Bresser-Pereira manifestou várias vezes que, para ele, essa ciência tem três áreas fundamentais: a Macroeconomia, a Microeconomia e o Desenvolvimento Econômico. A primeira teria sido essencialmente desenvolvida por Keynes, o primeiro em construir uma teoria geral sobre a economia no curto prazo. Quanto à segunda, para Bresser os clássicos e os neoclássicos (entre estes notadamente Marshall) teriam desenvolvido uma teoria de funcionamento dos mercados que seria uma ferramenta útil para entender essa questão, essencialmente no que diz respeito à alocação de recursos. Os economistas clássicos, especialmente Smith e Marx, seriam os pais da terceira, estudando os problemas de crescimento e distribuição.

A caracterização dessas áreas como fundamentais não impede que Bresser critique seu estado atual, especialmente na teoria neoclássica, ou, no termo que ele prefere, a ortodoxia convencional. A tríade, formada pela teoria do equilíbrio geral, os modelos macroeconômicos dos novos clássicos e a teoria de crescimento centrada no modelo de Solow, seria o núcleo de uma teoria falha, caracterizada pelo uso e abuso do método hipotético-dedutivo. É interessante destacar que enquanto as teorias ortodoxas das áreas de macroeconomia e de desenvolvimento não teriam nada de útil para oferecer, a microeconomia neoclássica é bem mais aceita por Bresser, certamente preocupado em resgatar a contribuição do Marshall.

Para Bresser, a teoria microeconômica tradicional como um todo tem dois grandes empecilhos em sua estrutura: a teoria do equilíbrio geral e a teoria do valor-utilidade. Essas teorias pretendem ter aplicação no mundo, mas seus fundamentos mostram-se irrealistas ou simplesmente falsos. Mas ele esclarece que, eliminadas essas duas áreas, que pretendem ser inadequadamente substantivas, sobraria como ferramenta útil uma teoria microeconômica essencialmente metodológica.

Chama a atenção que tanto no artigo escrito com Gilberto Lima (BRESSER-PEREIRA; LIMA, 1996), como em artigos mais recentes, Bresser não abre espaço para uma microeconomia mais realista, baseada no estudo empírico das ações dos agentes, do levantamento de suas capacidades cognitivas, da diversidade dos tipos de estruturas de governança etc. Essa escolha pareceria se constituir como um recurso retórico: para causar menor rejeição na ortodoxia, Bresser concede um ponto para ela, o que permite construir um campo de aproximação teórico e afetivo com o grupo majoritário.

As origens da hegemonia da “ortodoxia convencional”

Convenciona-se afirmar que a ciência econômica propriamente dita surgiu como Economia Política com a publicação, em 1776, de *A Riqueza das Nações* por parte de Adam Smith, e ela se desenvolveu graças aos avanços teóricos realizados pelos economistas clássicos, tais como Say, Ricardo, Malthus, Stuart Mill e Marx, entre outros. Esses autores, embora defensores de doutrinas distintas, têm em comum o fato de terem publicado tratados sobre economia política que, apesar de divergentes, de acordo com o professor Bresser-Pereira (1970, 2015), tinham como ponto pacífico a articulação a uma análise historicamente situada. Em suas

palavras, “A Economia Política era, ao mesmo tempo, análise e política, interpretação de uma realidade econômica e recomendação de uma política aos governantes” (BRESSER-PEREIRA, 1970, p. 2). Marx fez, na verdade, com sua “Contribuição à Crítica da Economia Política”, uma crítica à concepção de Economia Política dos demais, pois apontou o caráter ideológico sobre o qual se alicerçavam as obras de Smith, Ricardo e os outros (BRESSER-PEREIRA, 1967; 1970; MARX, 2008).

O que segue o período clássico na história do pensamento econômico é o desmanche da ciência econômica como Economia Política, e é assim que Bresser-Pereira interpreta a chamada revolução marginalista, iniciada na década de 1870: como marco da ressignificação da ciência econômica. Surgia, então, sob a tutela de Willam S. Jevons, Léon Walras, John Bates Clark e Alfred Marshall, a teoria neoclássica, que tratou de introduzir de forma maciça procedimentos matemáticos na ciência econômica e de tentar desvinculá-la (sublinhe-se que em vão) de qualquer caráter ideológico que pudesse até aquele ponto tê-la marcado.⁷ Esse é, para Bresser (1970), o início do rompimento da ciência econômica com o seu objeto.

O tipo de pensamento econômico que nasceu com a economia neoclássica e transformou a ciência econômica viria se tornar dominante durante o século XX. Indubitavelmente, ele mudou bastante desde a publicação dos livros dos revolucionários marginalistas na década de 1870 e de Marshall em 1890, mas manteve, na visão de Bresser-Pereira (1970), suas características essenciais. Sobretudo, permanece esse rompimento com o objeto em privilégio do método, favorecendo o rigor típico do cânone hipotético-dedutivo. Estabelecida a hegemonia, qual é, então, a pretensão da ciência econômica?

Para Bresser-Pereira (1970, p. 3), essa reclamação culmina no divórcio dos assuntos referentes aos processos econômicos, que passam a ter duas fases independentes: a ciência econômica (*economics*), que se resumiria à abstração da realidade e ao emprego dos instrumentos quantitativos em busca da determinação dos níveis de renda, taxa de juros, investimento etc., e a economia (*economy*) que continuaria se referindo à “economia enquanto fenômeno social real”. “Como resultado, a ciência econômica muda de nome. Deixa de ser Economia Política [*political economy*] para transformar-se em Economia [*economics*]”.

7 Carl Menger é incluído por Bresser (1970) entre os precursores da economia inclinada aos métodos quantitativos. Entretanto, notamos que Menger era avesso ao uso da matemática na economia. As afinidades de Menger com os outros deflagradores da “Revolução Marginalista” estão na defesa de uma visão subjetiva do valor, e no conceito de margem, que, na visão de Menger, não é um conceito a ser formalizado matematicamente.

Cumprindo essa trajetória, a teoria neoclássica deixa de tentar explicar fenômenos reais, localizados e passa a trabalhar na tentativa de construir um modelo geral que explique todas as instâncias do sistema econômico, embutindo nessas explicações um sentido atemporal.⁸ Entretanto, a economia, como ciência social, não pode ser completamente explicada por um grande modelo generalista, o que não passa de uma grande arrogância (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 2; 2012, p. 13). Mas, a fim de fazê-lo, a teoria neoclássica se viu na necessidade de adotar o método hipotético-dedutivo e levá-lo às últimas consequências. Ironicamente, dentre as ciências substantivas, nem mesmo a física, que apresenta grande margem para o determinismo, se faz tão hipotético-dedutiva quanto a teoria neoclássica (BRESSER-PEREIRA, 2004).⁹

Dentre os supracitados economistas neoclássicos, Bresser-Pereira (2012, p. 5) presta tributo somente a Marshall, como sendo o “único grande economista que consistentemente adotou o método hipotético-dedutivo”.¹⁰ Esse método teria sido, contudo, empregado na fundação de uma ciência metodológica distinta, denominada por Bresser como teoria da decisão. Marshall, diga-se de passagem, ao tratar explicitamente de assuntos concernentes à ciência econômica, fez uso de uma análise marcadamente histórica (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 5).

O professor Bresser-Pereira (2015) analisa também a ascensão e manutenção do pensamento neoclássico como hegemônico a partir da dinâmica da sociologia da ciência econômica e da estratégia do próprio programa de pesquisa. Assim, basicamente, dois fatores permitiram à teoria neoclássica tornar-se hegemônica e ajudaram-na a manter o *status quo*: primeiro, no plano político, em um mundo que por boa parte do século XX assistiu ao debate socialismo x liberalismo, a teoria neoclássica, defensora da liberalização dos mercados, era de grande valia à defesa de um sistema de livre-mercado, interno às economias, e de livre comércio, em termos globais. Dessa forma, apesar de o neoclassicismo comportar variações sobre os graus de liberalização defendidos, em geral ele se privilegia do mercado como solução mais eficiente para virtualmente quaisquer tipos de trocas. Pensando que a hegemonia se estabeleceu ao longo do século XX, tempo no qual o capitalismo se via ameaçado por um sistema alternativo, uma

8 De acordo com Bresser-Pereira e Lima (1996), não só os neoclássicos se prestaram a esse expediente, mas alguns marxistas e keynesianos também o fizeram.

9 McCloskey (1991) já apontou que os economistas convencionais adotaram os valores do Departamento de Matemáticas, não os do Departamento de Física.

10 Tradução nossa.

teoria que dirige poucos questionamentos à real eficiência dos sistemas de livre-mercado e livre-comércio é interessante do ponto de vista político. Em segundo lugar, no plano da dinâmica científica, a estratégia falsificacionista jamais se mostrou efetiva na ciência econômica. Tal reconhecimento já se fazia notório pelo eminente defensor do método científico popperiano Terence Hutchison (1938, p. 10), que, apesar de recomendar, de forma normativa, a adoção do falsificacionismo a todos os campos da ciência – à economia inclusive –, propôs, partindo de uma abordagem positiva, que os economistas, na verdade, construíssem a sua teoria negligenciando-o. Assim, a escola neoclássica recorreu a uma estratégia retórica que, para se mostrar superior às demais, “incorpora” à sua teoria avanços conquistados por outrem – ao menos aparentemente. Tal estratégia transparece aos indivíduos em formação – e aos leigos – que essa seria uma teoria mais abrangente que as demais (ARIDA, 1996; BRESSER-PEREIRA, 2015).

Visão do estado atual da economia

Para Bresser-Pereira (2007), a economia hoje está controlada por uma corrente dominante cuja visão é essencialmente incorreta; não bastasse isso, a teoria que decorre dela representa uma ferramenta ideológica nas mãos dos países ricos, competidores dos países de renda média, como o Brasil.

Cumprir, então, uma dupla tarefa, a de desenvolver uma teoria que seja cientificamente válida e que ao mesmo tempo possa servir como instrumento para contribuir para o desenvolvimento do Brasil (e de outros países nessa situação). Para isso, o professor Bresser construiu, nos últimos anos, a perspectiva novo-desenvolvimentista, cujas características são expandidas extensamente em outros capítulos deste livro, portanto, não serão tratadas aqui. O que nos interessa é a visão da situação da ciência em um nível mais geral.

Os esforços do professor Bresser por se relacionar com economistas heterodoxos no exterior e por publicar em alguns dos principais periódicos dessas correntes mostra uma preocupação em modificar a situação no plano teórico mais geral, não restringindo sua luta à situação da economia no Brasil.

Podemos afirmar que, para Bresser, a teoria econômica tinha sido posta novamente nos eixos, por assim dizer, pela obra de Keynes, que tinha construído tanto um ferramental teórico quanto um instrumental adequado para intervir nas economias capitalistas. Inspirada nela, a teoria dos pioneiros do desenvolvimento econômico (Hirschmann, Nurkse, Lewis etc.) fornecia os elementos para entender a situação dos países não

desenvolvidos, e o estruturalismo latino-americano, relacionado com este, iluminava especialmente a situação de nossos países. Essa situação mudaria no final dos anos 1970. A partir desse momento, uma teoria cada vez mais abstrata e desnecessariamente formalizada teria virado a perspectiva dominante em economia.

Esse movimento em realidade corresponderia a uma mudança estrutural na economia mundial. Depois dos anos da Era de Ouro do capitalismo, que se estenderam do fim da Segunda Guerra até o final dos anos 1970, entramos numa nova fase, a dos 30 anos neoliberais, que se estendeu desde 1979 até 2008. Ao longo desse período, a ciência econômica regrediu, voltando suas preocupações para servir como ideologia para um fundamentalismo de mercado completamente radical, enquanto seus argumentos ficavam cada vez mais bloqueados para o público em geral (incluindo o público instruído, outros cientistas sociais e inclusive economistas de outras escolas) atrás de uma parafernália formalista (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Nessas circunstâncias, a crise de 2008 veio deixar evidentes os limites dessa teoria, abrindo espaço para o surgimento de uma teoria alternativa. Nesse sentido, o professor Bresser tem manifestado uma preocupação institucional, conclamando os economistas a se unirem num novo *mainstream* que, desta vez, seja não neoclassico:

argumento aqui a favor de um novo *mainstream*, um que seja *modesto* em relação à verdade, *plural* por estar aberto a diferentes abordagens de uma realidade muito complexa e em mudança, e *heterodoxo* porque enquanto a heterodoxia não dá garantia de estarmos certos, a ortodoxia está sempre errada e é ruim, porque ortodoxia implica certeza e intolerância (BRESSER-PEREIRA, 2012, p.6, grifos do original).

Recapitulando, além das características do novo *mainstream*, chama a atenção o fato em si de que o professor Bresser esteja preocupado em que sua visão ganhe o coração da comunidade dos economistas. Ele não se conforma com ser um *outsider* que denuncia as falhas da corrente atualmente dominante, ele quer substituí-la e quer distância dos economistas heterodoxos que, embora competentes, só se preocupam em criticar a teoria dominante sem procurar construir modelos e propor políticas. Em sua visão, uma visão sensata da economia foi o *mainstream* entre os anos 1950 e 1970, e ele não vê motivos para que essa situação não se repita, especialmente quando vemos que boa parte da saída da crise ocorreu

por políticas que, no fundo, se apoiavam em lições keynesianas. Bresser acha que essa luta deve dar-se tanto no *front* da academia quanto no da política, e afirma que este último deve ser o prioritário, devido a que a sociedade civil dos países desenvolvidos é democrática e aberta a novas ideias, enquanto os departamentos universitários se caracterizam por princípios organizacionais completamente diferentes.

Pela especificidade no pensamento econômico: um economista latino-americano

Ancorado na perspectiva do realismo filosófico, o economista institucionalista Geoffrey Hodgson (2001, p. 23, 39) sustenta que manifestamente os sistemas socioeconômicos e as respectivas superestruturas, dispersos no tempo e no espaço, não são idênticos. Tentar abarcá-los em uma teoria universal, que responda plenamente ao mantra “*em uma teoria se encaixa tudo*” [*one theory fits all*] (HODGSON, 2001) é, então, inadequado para a teoria econômica.¹¹ Destarte, Hodgson (2001, p. 23) empreende o seu próprio clamor pela especificidade histórica no pensamento econômico. “O problema da especificidade histórica se preocupa com o desenvolvimento de teorias distintas e particulares, cada qual aplicável a um sistema socioeconômico particular”, pois “conceitos e arcabouços teóricos apropriados a um objeto real podem não ser os mais apropriados a outro”.

Unindo a refutação da universalidade científica a esse favorecimento à especificidade histórica, a tradição cepalina, admitindo o caráter *sui generis* do desenvolvimento latino-americano, tratou de elaborar uma teoria que, ambicionando pôr fim às distorções macroeconômicas que continuamente atormentavam os países da região, reconhecesse que essa singularidade não se encontra condicionada somente por um caráter geográfico, mas também pela estrutura econômica historicamente predominante (SUNKEL; PAZ, 1976). Desse empenho em prol da construção de uma teoria específica para a América Latina, é oriundo o estruturalismo latino-americano¹² (doravante estruturalismo), fundado pelo economista argentino Raúl Prebisch, principal expoente da Cepal ao lado do brasileiro Celso Furtado.

11 Tradução nossa. Não à toa é a capa do livro de Hodgson, “*How economics forgot history*”, ilustrada pela pintura surrealista de Salvador Dalí “A Persistência da Memória”: a construção da ciência econômica sob a égide de uma teoria universal, sem a consideração do aspecto histórico, seria tão aderente à realidade quanto uma obra surreal seria uma representação fidedigna do mundo material.

12 A caracterização do estruturalismo como *latino-americano* é importante devido à coexistência do estruturalismo anglo-saxão. Para maiores esclarecimentos acerca do que separa o corpo teórico dessas escolas, ver Missio, Jayme Jr. e Oreiro (2015).

De forma concisa, o estruturalismo inaugurado por Prebisch (1986 [1949]) se assenta sobre o esquema base “centro-periferia”, segundo o qual o mundo se divide em uma pequena parcela de países industrializados centrais e um grande número de países não industrializados, heterogêneos e periféricos. Ainda de acordo com esse enfoque, a teoria que fundamenta a divisão internacional do trabalho falha ao considerar que os frutos dos aumentos de produtividade dela decorrentes repartir-se-ão igualmente por todo esse conjunto. A difusão desses benefícios, enquanto rápida e homogênea nos países centrais, é, pelo contrário, lenta e concentradora de renda nos países periféricos, deteriorando de forma consistente o “nível de vida das massas” destes em relação ao daqueles. Daí a conclusão unívoca de que os países subdesenvolvidos precisariam se industrializar: esse seria o meio – e não o fim – através do qual os ganhos de produtividade passariam a atingir todas as camadas da população, permitindo a melhora nos níveis de renda e, portanto, na qualidade de vida dessas pessoas.

Nesse corrente se insere a teoria de Celso Furtado, apontado por Bresser-Pereira (2004) como o maior economista brasileiro da segunda metade do século XX, e o mais importante personagem intelectual a contribuir para o entendimento do Brasil. Com efeito, a obra furtadiana foi fulcral no aprimoramento do estruturalismo ao remetê-lo explicitamente ao método histórico-estrutural, segundo o qual os parâmetros não econômicos condicionam os econômicos e impõem a necessidade de premissas totalizantes, isto é, que considerem a inter-relação e a sucessão dos fatos na compreensão da dinâmica histórica.¹³ Tal argumento é especialmente verdadeiro para economias social e tecnologicamente heterogêneas, como é o caso das periféricas (SZMRECSÁNYI, 2001; SUNKEL; PAZ, 1976).

Essa pequena digressão, na qual nos enveredamos pelo argumento da especificidade histórica e pelas origens do estruturalismo cepalino, deu-se com o intuito de vincular a relevância da especificidade histórica no pensamento econômico com o viés estruturalista latino-americano do pensamento de Bresser-Pereira. Além de suas constantes referências aos autores dessa tradição, Bresser, no artigo *Método e Paixão em Celso Furtado*, de 2001, exprime toda sua admiração a esse eminente economista brasileiro e deixa claro o quanto a teoria furtadiana é inspiradora de boa parte de seu pensamento (BRESSER-PEREIRA, 2015). Posto isso e dado o lugar ocupado pelo trabalho

13 A perspectiva histórica de Furtado é tributária da pioneira interpretação do atraso brasileiro desenvolvida por Roberto Simonsen. Em grande medida, é a abordagem histórica de Simonsen que lança as bases para a consolidação do método histórico-estruturalista, que se apresentaria como alternativa à abordagem neoclássica na academia latino-americana nos anos 1950. Para um tratamento mais completo do tema, ver Curi e Cunha (2011).

de Bresser no pensamento econômico brasileiro, podemos direcionar ao cerne de sua matriz teórica, sem perda alguma de conteúdo, as palavras por ele usadas ao se referir a Furtado: “ele nunca deixou de ver e pensar o Brasil [...] com paixão.” (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 22). Todo o aspecto geográfico, histórico e estrutural de seu pensamento objetivava formular teorias, em conformidade com as cepalinas, que pudessem mudar a condição periférica da América Latina e, especialmente, do Brasil. A confluência desses fatores no pensamento de Bresser-Pereira resulta, por fim, na construção da macroeconomia novo-desenvolvimentista, livrada do epíteto de estruturalista, para garantir sua independência do estruturalismo anglo-saxão e destacá-la, de forma enfática, como indissociavelmente latino-americana.

Por esse motivo, Bresser conclui que o desprezo da especificidade histórica das teorias econômicas e a quimera de uma teoria universal, na qual a totalidade dos fatores se encaixe, levou a teoria neoclássica a criar um amálgama incompatível com o mundo real, segundo o qual não existiria nenhuma dissimilaridade fundamental entre quaisquer regiões, dado que, independentemente das diferenças circunstanciais que se verificassem entre elas, o esquema de funcionamento seria o mesmo para todas. O neoclassicismo, destarte, constituiu o núcleo duro de seu programa de pesquisa – e tentou impô-lo ao resto da comunidade científica – com o que Bresser-Pereira (2009a) chamou de tríade da ortodoxia convencional, formada pelo equilíbrio geral, o modelo de crescimento de Solow e o modelo macroeconômico novo-clássico.

Um pensamento econômico, se aspirar a ser modesto e razoável, não pode encontrar na tríade ortodoxa a sua pedra angular; por definição, o método histórico-dedutivo impede que esses estabelecimentos caracterizem permanentemente a economia. Bresser desconstrói, portanto, por imposição metodológica, o consenso que o núcleo duro da verdadeira economia se materializa no proposto pelos neoclássicos, atribuindo-o, afinal, à microeconomia apoiada sobre o valor-trabalho e sobre a tendência da homogeneidade das taxas de lucro, à teoria clássica do desenvolvimento capitalista, à teoria econômica dos pioneiros desenvolvimentistas e à macroeconomia keynesiana, conforme já mencionamos acima (BRESSER-PEREIRA, 2009a, p. 185-186).

Os expoentes de cada um dos campos listados acima – clássicos, marxistas, schumpeterianos, desenvolvimentistas, institucionalistas, estruturalistas e keynesianos – têm em comum justamente a adoção do método histórico-dedutivo. Embora hoje marginalizadas, são essas escolas de pensamento que, para Bresser, poderão responder teórica e metodologicamente a problemas que são, de fato, econômicos.

Conclusão

O que cumpre retomar, cremos, à guisa de conclusão, é que o professor Bresser alinha-se com os economistas heterodoxos por uma profunda reforma do pensamento econômico que domina os centros acadêmicos mais prestigiados na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, temos que reconhecer que o espaço para o pluralismo ainda é grande. O prestígio e o espaço acadêmico de que um economista com as inclinações teórico-metodológicas esposadas por Bresser são testemunhas desse fato.

Além disso, pensamos que é importante reconhecer a centralidade ou a anterioridade ou a necessidade da reflexão metodológica no pensamento de Bresser-Pereira. Isso também é um sinal da heterodoxia de suas inclinações. Em geral, economistas de corte *mainstream*-ortodoxos não são muito afeitos ao recurso da filosofia da ciência, do método, da crítica sobre sua prática. Podemos mesmo ligar essa falta de reflexão metodológica à posição dominante que a ortodoxia exerce: para quê refletir sobre uma prática que está se revelando vencedora? Se as batalhas estão sendo ganhas, então o método deve ser o correto, não é mesmo?

A mudança reclamada por Bresser para a ciência econômica tem aquelas motivações que lembramos na primeira seção. A economia como prática científica serve para transformar a vida das pessoas. E, se a economia científica serve para tal, a reflexão sobre ela, ou seja, a metodologia da economia, deve servir para transformar a economia no sentido de fazê-la mais próxima de cumprir esse objetivo, afastá-la do desejo instrumentalista e aproximá-la de sua substância: a solução do problema premente para os países da América Latina, o desenvolvimento.

Terminemos com um episódio real que envolve um encontro com o professor Bresser e mostra como ele sempre está comprometido com a transformação da economia. Certa vez, há poucos anos, um dos autores deste texto encontrou com o professor em um congresso sobre economia evolucionária em Paris. Como bom metodólogo, um dos autores desse texto estava apresentando um artigo sobre metodologia da economia, um daqueles com tema bem abstrato e voltado para analisar um dos grandes autores do pensamento econômico com base em outro grande autor da filosofia da ciência. Quando o autor explicava para o professor do que se tratava o texto, Bresser o interpelou: "Bem, agora me explique como isso vai nos ajudar a derrotar a ortodoxia!"

Referências bibliográficas

- ARIDA, Pérsio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, J. M. *Retórica na economia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A teoria econômica e os países subdesenvolvidos. *Revista de Administração de Empresas*, v. 7, n. 24, jul./set. 1967.
- _____. Economia formal e economia política. *Apostila para o curso de economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas*, 1970.
- _____. In defense of science. *Discurso na Conferência Mundial sobre a Ciência organizada pela UNESCO*, Budapeste, 28 de junho-1º de julho 1999.
- _____. Um grande modelo? *Trabalho Apresentado no Encontro Nacional de Economia Política*. Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2003/03.81.GrandeModelo.p.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.
- _____. Method and passion in Celso Furtado. *Cepal Review*, v. 84, dez. p. 19-34, 2004.
- _____. Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. In: TOLEDO, C. N. (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. São Paulo: Revan, 2005. p. 201-232.
- _____. A verdade e seus objetos. *Apostila para o curso de Metodologia Científica da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas*. 2008.
- _____. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. *Revista de Economia Política*, v. 29, n. 2 (114), p. 163-190, abr./jun. 2009a.
- _____. Assalto ao Estado e ao mercado: neoliberalismo e teoria econômica. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 66), p. 7-23, 2009b.
- _____. Why economics should be a reasonable science. *Texto para discussão 306*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012.
- _____. Método e Paixão em Celso Furtado. Disponível em <http://www.researchgate.net/profile/Luiz_Carlos_Bresser-Pereira/publication/23646070_Mtodo_e_Paixo_em_Celso_Furtado/links/54469bf40cf2d62c304e1fae.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; LIMA, Gilberto T. The irreducibility of macro to microeconomics: a methodological approach. *Revista de Economia Política*, v. 16, n. 2 (62), p. 15-39, abr./jun. 1996.

CHICK, Victoria. On Open Systems. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 1 (96), p. 3-16, jan./mar. 2004.

COMTE, August. *Discurso preliminar sobre o espírito positivo*. Ridendo Castigat Mores, 2002 [1842].

CURI, Luiz F. Bruzzi.; CUNHA, Alexandre M. Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento: pioneirismo e sintonia internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2011. *Anais...* Foz do Iguaçu, 2011.

DOW, Sheila. *The Methodology of Macroeconomic Thought*. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.

FURQUIM, Lilian GALA, Paulo. O Método Pragmático. In: NAKANO, Yoshiaki. REGO, José M. FURQUIM, Lilian (orgs.) *Em Busca do Novo: o Brasil e o Desenvolvimento na Obra de Bresser-Pereira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

GODOI, Alexandra S. de F. O Método do Fato Histórico Novo. In: NAKANO, Yoshiaki. REGO, José. M. FURQUIM, Lilian. (orgs.) *Em Busca do Novo: o Brasil e o Desenvolvimento na Obra de Bresser-Pereira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

HEMPEL, Carl. *Filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970 [1966].

HODGSON, Geoffrey. *How economics forgot history*. Nova York: Routledge, 2001.

HUTCHISON, Terence W. *The significance and basic postulates of economic theory*. Londres: Macmillan and Co., 1938.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MISSIO, Fabrício. J. JAYME JR, Frederico. G. OREIRO, José. L. The Structuralist Tradition in Economics: methodological and macroeconomics aspects. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 1, 2015.

NASSIF, Maria Inês. Por uma ideia de nação. Entrevista com o professor Luiz Carlos Bresser-Pereira. *Valor Econômico*, edição de 08 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/881701/por-uma-ideia-de-nacao>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la America Latina y algunos de sus principales problemas. *Desarrollo Económico*, v. 26, n. 103, p. 479-502, out./dez. 1986 [1949].

READ, Carveth *Logic: deductive and inductive*. Londres: Grant Richards. 1898. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/18440/18440-h/18440>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Celso Furtado. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 347-362, 2001.